

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.905 - RJ (2019/0001215-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
**ADVOGADOS** : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA E OUTRO(S) - RJ110501  
PATRICIA SHIMA - RJ125212  
**AGRAVADO** : BRIGIDA MARINA GOMES E SILVA  
**ADVOGADO** : JOSÉ MARDONIO ARAÚJO E OUTRO(S) - RJ162521

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCP.** SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DE UMA DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. REDISTRIBUIÇÃO.

**DECISÃO**

BRIGIDA MARINA GOMES E SILVA moveu ação declaratória, c.c. restituição de pagamentos indevidos, contra COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE), alegando que a concessionária não presta serviço de esgotamento sanitário e a cobrança realizada por tais serviços seria indevida. Assim, pugnou pela declaração de inexistência da relação jurídica referente ao serviço de esgotamento sanitário, com a efetiva suspensão da cobrança de qualquer tarifa relativa a esgoto, e a restituição dos valores pagos até a presente data, considerando-se os últimos vinte anos.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação declaratória c.c. restituição de pagamentos indevidos proposta por particular contra concessionária, na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa (art. 9º, X, do RISTJ).

A propósito:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA INTERNA. PRIMEIRA E QUARTA TURMAS DESTA E. STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA E. PRIMEIRA SEÇÃO.*

*I - Compete à e. Primeira Seção desta c. Corte Superior processar e julgar recurso especial cuja relação jurídica litigiosa versa sobre preço público (art. 9º, § 1º, inciso X, do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*RISTJ).*

*II - Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação ordinária proposta por particular contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE -, na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa, afirmada ilegal e abusiva, bem como o restabelecimento do serviço de água no domicílio da demandante.*

*III - Precedentes aplicáveis: CC 43324/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 5/2/2007; AgRg no REsp 985.522/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 19/2/2009; AgRg no Ag 1084537/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 18/2/2009; AgRg no Ag 1004001/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 11/2/2009; REsp 1062975/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1081718/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29/10/2008; AgRg no REsp 1027844/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 23/6/2008; REsp 595.119/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 5/3/2007.*

*Conflito conhecido para se declarar a competência da e. Primeira Seção.*

(CC 102.588/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/4/2009, DJe 20/4/2009)

Assim, verifica-se que a competência para apreciar o recurso é de uma das turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte.

Ante o exposto, declino da competência para uma das colendas Turmas da Primeira Seção desta Corte.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator